



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

**CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL**

**LICENCIATURA - INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**LUANA CARLETTO DA ROSA**

**FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO:**

**ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2015**

**LUANA CARLETTO DA ROSA**

**FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO:**

**ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Interdisciplinar em Educação do Campo da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Educação do Campo.

Orientador: Profº Mestre Vitor de Moraes

**LARANJEIRAS DO SUL**

**2015**

**DGI/DGCI - Divisão de Gestão de Conhecimento e Inovação**

Rosa, Luana Carletto da  
Fechamento das Escolas do Campo: Análise do  
Município de Nova Laranjeiras/ Luana Carletto da Rosa.  
-- 2015.  
47 f.:il.

Orientador: Vitor de Moraes.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Interdisciplinar em Educação do campo - Licenciatura ,  
Laranjeiras do Sul, PR, 2015.

1. . I. Moraes, Vitor de, orient. II. Universidade  
Federal da Fronteira Sul. III. Título.

LUANA CARLETTO DA ROSA

FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO:  
ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciada do curso Interdisciplinar em Educação do Campo da Universidade Federal da Fronteira Sul.

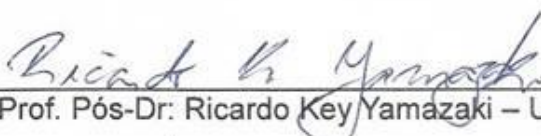
Orientador: Prof. Me. Vitor de Moraes


Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

07/12/15.

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Me: Vitor de Moraes – UFFS

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Pós-Dr: Ricardo Key Yamazaki – UFFS

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr<sup>a</sup>. Katia Aparecida Seganfredo – UFFS

Dedico a todo trabalhador e trabalhadora, filhos de camponês que vivem em processo histórico de exclusão, e que assim como eu observou na UFFS a possibilidade de uma formação de qualidade. Mas dedico principalmente aos meus pais, que junto comigo ajudaram a construir a possibilidade de pobre realizar sonho.

## **AGRADECIMENTO**

Gostaria de agradecer a todos que de alguma maneira colaboraram para que esse trabalho fosse possível e que o objetivo fosse alcançado. Primeiramente aos meus pais Leonardo da Rosa e Orilda Carletto da Rosa, que junto comigo sempre sonharam essa realização e possibilitaram que fosse possível, me entusiasmando a nunca perder o foco e sempre lutar pelos meus objetivos. Ao meu companheiro Giovani Rufino pela compreensão ao longo dessa trajetória. Em especial ao meu Orientado Vitor de Moraes, e aos colaboradores Maria Isabel Farias, Tiago Prestes e Denize Almeida, pela colaboração ajuda e paciência.

## RESUMO

O referido trabalho analisou o processo de fechamento de escolas no município de Nova Laranjeiras – PR. Por meio de entrevistas, estudo qualitativo, quantitativo e documental Referencial teórico que apresenta os conceitos de educação, de Educação do Campo, de rural e urbano na compreensão de Estado nesse processo. Dessa maneira foi possível fazer levantamento de todas as escolas com atividade cessadas no período de 1993 até 2014. Inicialmente foi trabalhado com pesquisa bibliográfica, na busca da compreensão da totalidade do objeto de pesquisa e posteriormente feita entrevista e visita tanto no Núcleo regional de Educação de Laranjeiras do Sul, na Secretaria Municipal de Nova Laranjeiras e em todas as escolas do município, na busca de entender os impactos sofridos. Os dados levantados apontaram para a não valorização da educação, da Escola do Campo, não valorização do sujeito do campo. Dados que fundamentam a importância do campesinato e da Educação do Campo em municípios como esse, eminentemente rural. E revela a importância da luta pela Educação do Campo no Campo.

Palavras Chave: Fechamento de escolas. Educação do Campo. Nova Laranjeiras. Rural. Urbano.

## **ABSTRACT**

This work analyzed the process by which schools of Nova Laranjeiras municipality are closed. To understand this process we used interviews, qualitative and quantitative studies and documents which presented concepts of Education, Rural Education, rural and urban. Thus, a document survey was done of all schools closed from 1993 to 2014. At first, we did a study in literature to better comprehend the totality of the research and later we did interviews and visits in the Núcleo Regional de Laranjeiras do Sul, Secretaria Municipal de Nova Laranjeiras and all the schools of the Municipality with the aim to better understand the impacts of these closures. Our results suggest to a underestimation of Education, Rural Education and the people who live in the countryside. These data also showed the importance of the countryside lifestyle and Rural Education in municipalities such as this one, mainly rural. It also reveals the importance to make a stand in the name of Rural Education.

Key-words: closure of schools. Rural Education. Nova Laranjeiras. Rural. Urban.



## LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Imagem com destaque para a cidade de Nova Laranjeiras. E na sua extensão os municípios vizinhos .....	16
--	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População residente no Município de Nora Laranjeiras /2010.....	20
Tabela 2 - População Ocupada Segundo as Atividades Econômicas/2010.....	22
Tabela 3 - Relação de escolas fechadas até 2014 .....	24
Tabela 4 - Escolas ativas no município/2015.....	30

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Porcentagem da População.....	21
Gráfico 2 - Porcentagem de Escolas Fechadas Segundo o Motivo.....	27
Gráfico 3 - Número de Escolas Fechadas segundo o Ano de Encerramento das Atividades.....	27
Gráfico 4 - Número de Escolas Fechadas Segundo o Ano a Resolução.....	28
Gráfico 5 - Número de Escolas Fechadas em Cada ano, de Acordo com a Resolução de 2003 .....	29
Gráfico 6 - Escolas Fechadas com a Mesma Resolução .....	30
Gráfico 7 - Quantidade de Alunos Oriundos do Campo e que Utilizam Transporte Escolar.....	31
Gráfico 8 – De 2935 alunos, porcentagem de Alunos Oriundos do Campo e a porcentagem dos que Utilizam Transporte Escolar .....	31

## LISTA DE SIGLAS

ER – Educação Rural

EdoC –Educação do Campo

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IPARDS - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

SEME – NLPR - Secretaria Municipal de Educação de Nova Laranjeiras.

NRE - Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul.

PM-NL – Prefeitura Municipal de Nova Laranjeiras

MSPC - Movimentos Sociais Populares do Campo

MST – Movimento dos Sem Terra

MPA – Movimentos dos Pequenos Agricultores

FONEC - Fórum Nacional da Educação do Campo

EF – Ensino Fundamental

EM – Ensino médio

EFM – Ensino Fundamental e médio

EI – Educação Infantil

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO GEOHISTÓTICO E A QUESTÃO AGRÁRIA EM NOVA LARANJEIRAS .....</b>	<b>16</b>
2.1	CONSTRUINDO O CAMINHO.....	16
2.2	O CAMPO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO .....	17
2.3	QUANTIFICANDO O TERRITÓRIO VIVENCIADO .....	20
<b>3</b>	<b>A DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS PARANÁ. ....</b>	<b>24</b>
3.1	CONHECENDO O ESPAÇO .....	30
3.2	ESTADO, GOVERNO E A LUTA PELA ESCOLA DO CAMPO....	32
<b>4</b>	<b>RESULTADOS .....</b>	<b>37</b>
	<b>REFERENCIAS.....</b>	<b>39</b>
	APÊNDICE 1 - FOTO DE ALGUMAS DAS ESCOLAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO ATUALMENTE .....	41
	ANEXO 1 - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS .....	47
	ANEXO 2 - LEI QUE DIFICULTA O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO – LEI 12.960.....	47

## 1 INTRODUÇÃO

Considerando a minha vivência, e ao fato de que as escolas do campo passaram e passam por um processo histórico de fechamento, instigou-me a curiosidade desse estudo, buscando entender o processo de fechamento de escolas do campo no município de Nova Laranjeiras, para refletir a cerca dessa prática e buscar uma possível conscientização sobre o assunto.

Oriunda do campo, filha de agricultor e educanda de escolas do campo, sempre perguntei-me por que a escola que estudava foi fechada? E o por que tivemos que deixar de estudar na escola de nossa comunidade para estudar em uma nuclearizada<sup>1</sup>? Qual a relação com as políticas educacionais mais amplas<sup>2</sup>? Apesar de naquele período, não compreender empiricamente o porquê do fechamento de escolas, já sentia-me instigada a compreender os argumentos dos entes federados, município de Nova Laranjeiras e do Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul (NRE-LS) de Laranjeiras do Sul. Os argumentos era que supostamente os educandos teriam melhores condições de acesso, permanência e qualidade de ensino, com professores e estrutura de qualidade, porém, essa pesquisa revelou que os educadores continuaram os mesmos, as turmas nas escolas nucleadas dobraram o número de estudantes, sendo que, a maioria passava e passa mais de duas horas dentro de ônibus com condição precária para o transporte.

Em 2008 em atividade na disciplina de geografia, questionamos nossos pais para termos o conhecimento de que escola estudavam, e percebemos que muitas escolas já haviam existido naquela região e, desde então carreguei comigo a curiosidade de entender como ocorre o processo de fechamento de escolas? Por que eles acontecem? E, o que isso representa para os sujeitos das comunidades que elas estavam inseridas?

O tema escolhido está diretamente ligado a minha vivência e as demandas do movimento de Educação do Campo, tendo como foco analisar o processo de

---

<sup>1</sup> Nuclearização: Processo de nuclearizar. Neste caso se refere a processo de encerrar as atividades em determinadas escolas com o objetivo de direcionar os educandos a outra escola centralizada em algum espaço que seja possível aglomerar numero maior de alunos.

<sup>2</sup> Nos anos 90 nos países emergentes como o Brasil sofreram um processo de implantação das políticas neoliberais de estado mínimo, que gera pressupostos da reação conservadora posteriormente dando origem ao neoliberalismo. A ideia pressupõe um deslocamento das atribuições do Estado.

nuclearização de escolas do campo, contemplando, geograficamente, e historicamente o território<sup>3</sup> no qual passei parte da minha infância e toda minha adolescência, a minha cidade natal.

O referencial teórico que embasa essa pesquisa permite uma compreensão da singularidade e universalidade da realidade.

Para compreender o objeto da pesquisa, é necessário compreender a contemporaneidade da Educação Rural (ER) e Educação do/no Campo (EdoC). Para tanto as referências de: Educação do Campo, (Caldart 2002, 2008, 2011 Moraes 2012, Farias 2014, Bucu 2008) nos possibilita um melhor entendimento relacionado ao movimento político e pedagógico da Educação do Campo e ao processo de fechamento das escolas do campo, por meio de análise dos dados estatísticos, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), Secretaria Municipal de Educação de Nova Laranjeiras (SME-NLPR) e NRE-LS.

O referencial teórico que embasou essa pesquisa contribuiu para a compreensão da questão agrária, da realidade estrutural e conjuntural do campo, bem como os mecanismos de um modelo econômico e político mundialmente hegemônico contribuiu para o movimento de transformação da realidade local, totalidade do objeto pesquisado. Conseqüentemente, esse movimento ideológico neoliberal dos anos 80 e 90, afetou diretamente os sujeitos do campo. Quais foram essas mudanças? Por que ocorreram? Qual a concepção de campo nesse processo histórico? Quais os sujeitos envolvidos? O que podemos fazer em relação a esse processo?

São algumas das questões que surgiram ao longo da pesquisa, sendo possível analisar impactos e possíveis mudanças, uma vez que a Educação do Campo presa pela qualidade educacional partindo da realidade concreta do sujeito, ou seja, o próprio campo.

O objetivo foi fazer uma análise do fechamento das escolas no município de Nova Laranjeiras do período de 1993 até 2014, tendo como aspiração a

---

<sup>3</sup> Território: compreende relações de poder, onde as relações sociais são projetadas no espaço (Souza, 2001). Trata-se é o chão mais identidade (Santos 1999) . Sendo assim o Território trata-se não apenas do espaço físico, mas das relações existentes entre os sujeitos.

compreensão da realidade e a contextualização geohistórica<sup>4</sup> do município de Nova Laranjeiras relacionando com a concepção de Campo e Educação do Campo.

Outro elemento foi à busca da compreensão do comportamento do estado frente às pressões da sociedade bem como a compreensão da natureza das políticas públicas efetivadas. Ao considerar o estado como uma disputa da correlação de forças o referencial foi Estado ampliado para compreender a dinâmica do fechamento das Escolas do Campo.

Entretanto, se as crises política e ideológica não podem ser resolvidas por meio da atuação normal e democrática de forças de classes, as instituições democráticas devem ser suspensas ou eliminadas e as crises resolvidas por meio de uma “guerra de manobras” aberta que ignora as delicadezas constitucionais. Mas o próprio ato de abolir as instituições democráticas tende a congelar o equilíbrio de forças prevaiente quando o Estado de exceção é estabilizado. Isso torna mais difícil resolver novas crises e contradições por meio da rotina e de ajustes políticos graduais e estabelecer um novo equilíbrio de compromisso. Assim, Poulantzas concluiu que a suposta força do Estado de exceção na verdade esconde sua real fragilidade. Isso torna os estados de exceção vulneráveis ao colapso súbito quanto as contradições e as pressões acumulam-se. Por outro lado, a aparente fraqueza dos estados democráticos curva-se sob pressão e, portanto, fornece meios mais flexíveis para organizar a dominação política de classe (POULANTZAS, 1976 apud JESSOP, 2009, p. 137).

É importante salientar que o trabalho passou por várias etapas de pesquisa, onde, adotou-se uma metodologia para cada uma das etapas, visando uma melhor compreensão do objeto da pesquisa.

A pesquisa foi quantitativa, na compreensão da realidade por meio da análise dos dados empíricos articulados como o referencial teórico. Segundo Marconi e Lakatos, (2003) Quantitativo – Descritivo consiste em investigação de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave.

Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico, procurando aprofundar a compreensão do conhecimento científico que visa explicitar a totalidade do objeto pesquisado para construir categorias de análise que possam esclarecer essas contradições. A pesquisa documental baseou-se em dados

---

<sup>4</sup> Geohistórica: Relação que existe em determinado momento histórico, a materialidade das lutas e disputas territoriais ocorrem em determinado espaço geográfico em determinados momentos históricos, no tempo histórico, contraditório material.



oficias do NRE de Laranjeiras do Sul, e da SME-NLPR. E para finalizar a realizou-se entrevistas semi-estruturada nas 21 escolas do município, direcionada aos diretores e equipe pedagógica em geral, com objetivo de verificar quantos são os alunos oriundos do campo e quantos utilizam transporte escolar, relacionando assim a importância da escola do campo. “A entrevista estruturada é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estruturado; as perguntas feitas ao indivíduo são pré determinadas”. (LAKATOS; MARCONI; 2008, p.199).

A pesquisa divide-se em três capítulos: No primeiro abordamos a questão agrária no contexto rural no Município de Nova Laranjeiras e trazemos um levantamento das escolas fechadas no período de 1993 até 2014.

No segundo capítulo damos ênfase ao referencial teórico e destacamos a legislação a cerca da temática.

Por fim, discutimos as causas e implicações do encerramento das escolas públicas localizadas no campo no município de Nova Laranjeiras.

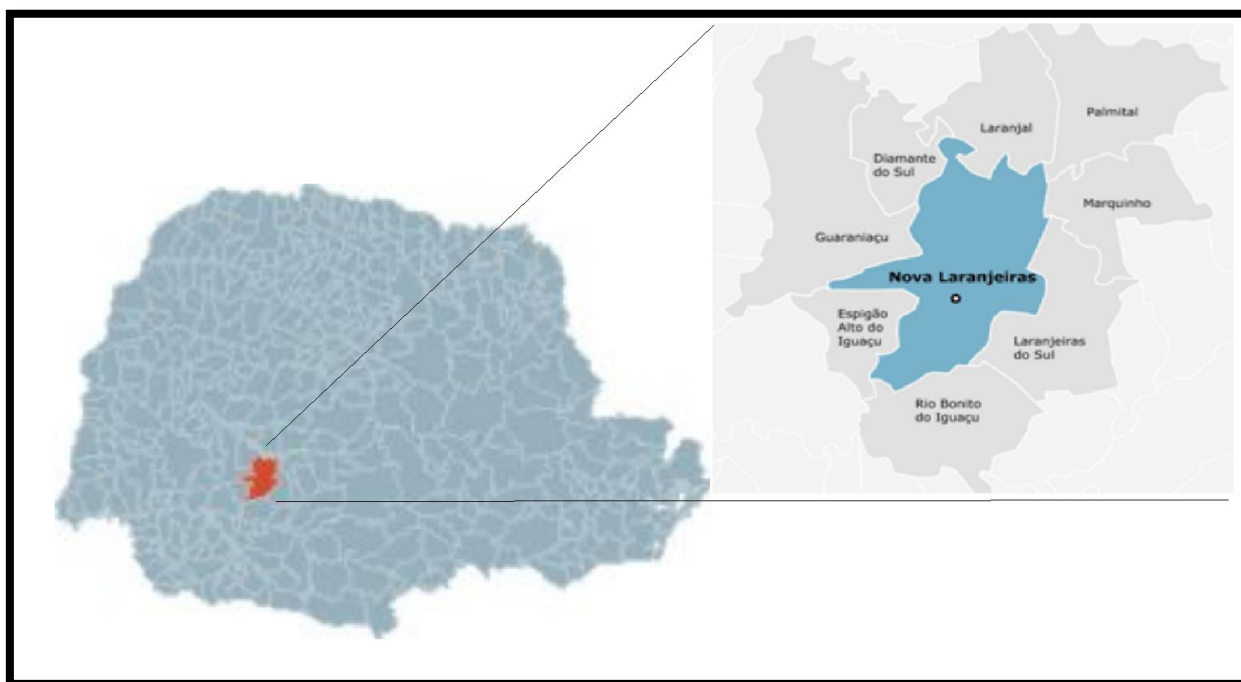
## 2 CARACTERIZAÇÃO GEOHISTÓTICO E A QUESTÃO AGRÁRIA EM NOVA LARANJEIRAS

Abordamos nesse capítulo a contextualização geohistórica do município de Nova Laranjeiras, abordando conceitos de rural, campesinato e a educação do Campo neste cenário.

### 2.1 CONSTRUINDO O CAMINHO

Há muitas décadas atrás, o então município de Nova Laranjeiras, era chamado de Rio das Cobras, devido ao grande número de cobras que existiam no rio que cortava a cidade.

Figura 1 - Imagem com destaque para a cidade de Nova Laranjeiras. E na sua extensão os municípios vizinhos



Fonte: IPARDES, 2015

Segundo dados do Site da Prefeitura Municipal de Nova Laranjeiras (PMNL PR), o primeiro registro de construção refere-se a uma hospedagem que abrigava os viajantes que transportavam madeira para a construção da ponte que liga o Brasil ao Paraguai.

A história registra que a primeira construção, em 1947, foi um hotel, hospedagem dos mascates e motoristas que transportavam madeira para a construção da ponte que liga o Brasil ao Paraguai. O Sr. João Karpinski era o dono deste primeiro hotel e também primeiro comerciante do Rio das Cobras.

Em 1947, começaram a se deslocar as famílias do norte do Rio do Grande do Sul, principalmente de origem italiana, para esta localidade. O primeiro a adquirir terras foi o Sr. Avelino Badotti. (NOVA LARANJEIRAS , 2015).

Com o povoamento, algumas culturas começaram a ser implementada na região, tal como milho e trigo, assim como a criação de aves e suínos. Os meios de transporte eram realizados por meio de cavalos e carro de boi (carroças), como o descrito nos documentos da Prefeitura, sendo que:

Em 1973 inaugurou a primeira rede elétrica fazendo gerar motores da indústria Ceú Azul Madeiras, dando assim um grande impulso no progresso e bem-estar social da então Vila Nova Laranjeiras.

A partir daí, a Copel criou um programa de crescimento no sentido de levar energia, também, para o homem do campo evitando o êxodo rural da nossa população. ( NOVA LARANJEIRAS , 2015).

Em 13 de março de 1962, foi criado o Distrito administrativo de Nova Laranjeiras, onde desde o ano de 1964 o Distrito já possuía seus representantes políticos na Câmara de Vereadores, porém a instalação do município foi realizada em 1º de janeiro de 1993.

## 2.2 O CAMPO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Historicamente o espaço rural foi posto a uma condição secundária pela concepção de modernidade. O campo visto como local de atraso, de produção, de condição de subalternidade dos povos do campo, reafirmado pelo modelo de colonização de expropriação dos territórios e massacres indígena, da escravização dos povos trazidos da África para o trabalho, da concentração de terra nas mãos de poucos latifundiários, do domínio do poder político por uma elite rural atrasada, consolidando esse modelo com a introdução do agronegócio.

Ao longo da formação do Estado Brasileiro, podemos observar a polarização servindo de base para as ações e práticas administrativas. E nessa relação, o campo ocupa um espaço periférico, secundário, quase invisível nas ideologias de urbanização e desenvolvimento. Essa invisibilidade provocada contribui também para deixar imperceptíveis as populações que vivem no campo. De forma usual, o campo geralmente é identificado pela negação, configurando o espaço do não tem. Isso se

transforma em tentativas deliberadas de recriação do espaço vazio à disposição dos empreendimentos capitalistas. (PEIXER, 2011, p. 44)

No entanto em contraposição ao modelo hegemônico e desigual os povos do campo (pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóia-fria, dentre outros) não aceitaram passivamente a negação de direitos e expropriação de seus territórios. Muitos levantes populares do campo ocorreram ao longo da história como guerra de canudos, do contestado, revoltados colonos dentre outras.

Para uma melhor articulação em prol de seus direitos os diferentes sujeitos do campo se organizam em movimentos sociais populares<sup>5</sup>. As grandes demandas foram e são para resistir e permanecer em seus territórios. Além dessas questões sobressaem no campo os diferentes jeitos de produzir de subsistir e de viver; diferentes concepções de mundo e de território, de conhecer a realidade em que se insere e de resolver os problemas; diferentes jeitos de resistir às intempéries sociais, de permanecer e produzir. Os camponeses além da produção de riqueza cultural garantem, quase em sua totalidade, a produção de alimentos que posteriormente abastecem as grandes cidades.

Essas questões históricas da realidade agrária desigual e excludente influenciaram diretamente no acesso da população rural ao ensino e educação. O ensino inicial teve como intencionalidade catequizar os indígenas e domesticar a serviço dos colonizadores. A elite brasileira enviava seus filhos para estudar na Europa garantindo toda estrutura necessária para boa formação, cabendo aos pobres apenas instrução primária. Como afirma Gouvêa 2007:

Já as alternativas de formação elementar das elites caracterizavam - se pela diversidade de estratégias e espaços de formação, como colégios religiosos, educação doméstica, a cargo de tutores e professores particulares, que garantiriam uma educação diferenciada. (GOUVÊA, 2007 p. 128)

Somente 1934 é que aparece na constituição o termo rural, com ensino instrumental primário.

A educação rural concebe o campo com uma visão reprodutivista, em que se busca apenas a produção de mercadorias para atender o merca-

---

<sup>5</sup> MST (Movimento dos Sem Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), Via Campesina etc.

do. Há somente uma preocupação com a produção econômica para atender aos interesses do capital. Exclui desta forma, as relações sociais existente no interior do campo e suas desdobramentos. Assim temos uma educação rural que é pensada para atender as necessidades do mercado de trabalho, tendo como referência o espaço urbano e suas relações (ANAHIA, 2008, p.17 apud MORAES, 2012)

Em contraponto a educação Rural, os movimentos sociais cunham na primeira conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, o conceito de educação do Campo.

Educação do Campo é um conceito em movimento como todos os conceitos, mas ainda mais porque busca apreender um fenômeno em fase de constituição histórica; por sua vez, a discussão conceitual também participa deste movimento da realidade. Trata-se, na expressão do Professor Bernardo Mançano, de uma disputa de “território imaterial”, que pode em alguns momentos se tornar força material na luta política por territórios muito concretos, como o destino de uma comunidade camponesa, por exemplo. (CARDART.2008, p. 70)

A Educação do Campo se materializa com o objetivo de preencher as lacunas deixadas por décadas de direitos não atendidos e displicência, falta de assistência e de políticas públicas à população do campo.

Esse movimento contraditório das políticas neoliberais nos anos 90 propiciou o protagonismo dos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPC), que instigam a formulação de políticas públicas. Em 1996 foi promulgada a Lei n.º 9.394, como resultado do processo de redemocratização do país pós-ditadura militar, que define:

Art.28 – Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996)

Esse texto constitucional propiciou ao Movimento Nacional da Educação do Campo, denominado Articulação Nacional por uma Educação do Campo<sup>6</sup> ter um

---

<sup>6</sup> “A mobilização em prol de uma Educação Básica do Campo foi iniciada em 1998, na I Conferência Nacional da Educação do Campo, e dali em diante já aconteceram diversas iniciativas locais e nacionais, de pessoas e grupos.” Visa melhor qualidade de Educação aos povos do campo, através de organização e grupos que debatem o assunto. Sendo publicados livros com

embasamento jurídico para a formulação das Diretrizes Operacionais para Educação básica nas Escolas do Campo<sup>7</sup>.

Caldart (2002, p.19) afirma que a perspectiva da educação do campo é exatamente a de propiciar o acesso a uma educação crítica e emancipadora destes povos, para que se articulem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino. Trata-se de uma constante luta para que esses direitos sejam concretos na vida dos camponeses, tendo acesso a uma educação de qualidade no lugar onde vivem.

### 2.3 QUANTIFICANDO O TERRITÓRIO VIVENCIADO

Para uma melhor compreensão qualitativa faz-se necessário apresentar índices quantitativos que explicitam a realidade, como tabelas e gráficos construídos a partir de dados de IBGE, IPARDES, INEP, SME-NLPR e NRED.

Teóricos apontam para o fim do campesinato, ou a transformação do camponês tradicional em um empreendedor do agronegócio.

Esta prevê o fim do campesinato em duas categorias. Uma que perde os meios de produção e se proletariza, ou seja, passa a vender a sua força de trabalho mesmo no campo ou indo embora para as cidades. E outra que amplia seu acumulo nos meios de produção e passa a proletarizar parte daquelas famílias que perderam os meios de produção [...]

Como consequência da proposta para a agricultura, tendo por base esta teoria, temos o que chamamos de agronegócio com base: no latifúndio, máquinas pesadas, sementes híbridas e transgênicas, uso de intensivos de insumos químicos e venenos, produção de commodities para exportação, problemas ambientais concentração de renda e da riqueza em detrimento da distribuição da riqueza e renda e da produção de alimentos. (SILVA, 2014, p.43)

Contrariando a tese do fim campesinato conforme, a tabela I, o município de Nova Laranjeiras possui 79% da população rural.

Tabela 1 - População residente no Município de Nora Laranjeiras /2010

Urbana: 2.372	Rural: 8.869	Total: 11.241
---------------	--------------	---------------

Fonte: IBGE, 2010.

Nota: Adaptado pela autora

---

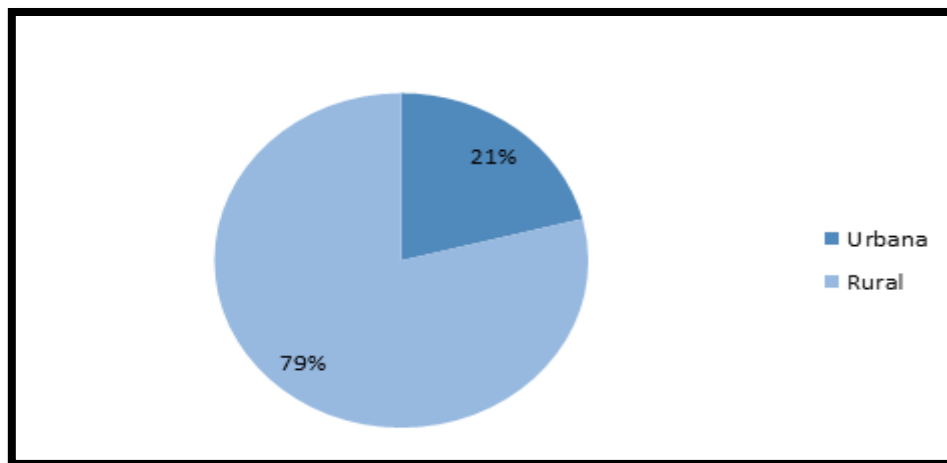
resultado dos encontros.

<sup>7</sup> Responsabiliza os sistemas de ensino para o atendimento escolar sob a ótica do direito, o respeito as diferenças, política de igualdade qualidade da educação escolar, na perspectiva da inclusão de forma a atender o art. 28 da LDB.

Pela tabela I percebe-se que mais de  $\frac{3}{4}$  da população residem no campo. Veiga (2002) menciona o Decreto-lei 311/38 no Estado Novo, no ano 2000, que determina como urbana toda e qualquer sede municipal, inclusive os distritos. No entanto, ao analisar além do critério populacional, a densidade populacional, os resultados obtidos apresentam-se de modo diverso. Com isso, Veiga conceitua como rurais os municípios de pequeno porte, que possuem até 50 mil habitantes e menos de 80 ha/km<sup>2</sup>. Ou seja, a maioria dos municípios brasileiros seriam na verdade municípios rurais, e que, suas sedes municipais tratam-se de cidades camponesas, impedindo-as pelo acesso às políticas públicas dirigidas a eles manter a separação entre rural e urbano. Nova Laranjeiras, portanto, trata-se de um município rural, pois possui uma população muito inferior aos 50 mil habitantes e uma densidade de 9,81 ha/km<sup>2</sup>.

O gráfico 1 apresenta que mesmo que desconsiderássemos a classificação de Veiga, 79% da população é residente do campo.

Gráfico 1 - Porcentagem da População



FONTE: IBGE censo demográfico 2010. Organizado por ROSA, 2015

Essa constatação demonstra a necessidade de um olhar diferenciado aos povos do campo. Em contrapartida ao agronegócio, o campo pode ser pensado como espaço de produção de alimento e de vida.

O município de Nova Laranjeiras apresenta a agricultura camponesa e pecuária como suas principais bases econômicas, garantindo uma condição de

município que necessita das atividades agrícolas, e supostamente da permanência e valorização dos sujeitos do campo.

.Tabela 2 - População Ocupada Segundo as Atividades Econômicas/2010

ATIVIDADES ECONÔMICAS (1)	Nº DE PESSOAS
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	3.515
Indústrias de transformação	352
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	17
Construção	208
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	298
Transporte, armazenagem e correio	103
Alojamento e alimentação	32
Informação e comunicação	27
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	25
Atividades profissionais, científicas e técnicas	48
Atividades administrativas e serviços complementares	31
Administração pública, defesa e seguridade social	142
Educação	199
Saúde humana e serviços sociais	79
Outras atividades de serviços	24
Serviços domésticos	203
Atividades mal especificadas	428
<b>TOTAL</b>	<b>5.732</b>

(1) Refere-se à Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar

Fonte: IBGE, 2010

Considerando a tabela a cima das atividades econômicas do município 3515 de 5732 pessoas ou seja, mais de 60% tem na agricultura e pecuária sua principal fonte de renda.

Esse fator faz com que seja necessário olhar para essa realidade, e por isso através dos MSPC, a EdoC tem função de resgatar valores peculiar dos sujeitos do campo.

A Educação do Campo está diretamente ligada à questão agrária, ambas são territórios em disputa. O modo de produção nas pequenas propriedades, que ao produzir de forma diferenciada produz para o consumo familiar e comercialização dos excedentes em mercados locais. Esse modelo de agricultura



camponesa em pequenas propriedades permite a permanência dos sujeitos no campo, e, portanto, a existência de demanda de sujeitos de direitos de acesso à escola e a Educação.

Uma das teses da manutenção das escolas do campo pelos MSPC esta diretamente ligada à agricultura camponesa, e a escola do campo contribui para o fortalecimento da agricultura camponesa, como resistência e forma de estabilizar o êxodo rural, pode ser uma estratégia eficiente e barata para o combate à miséria. Assim, Veiga (2002) recusa-se a aceitar que a promoção da agricultura familiar “carece de sentido econômico”, pois países em que o desenvolvimento privilegia a agricultura familiar tem levado a resultados sociais positivos inquestionáveis. A educação pode ser um elo para ampliar a resistência camponesa, a escola pode ser um espaço de socialização, de trabalho, local de encontro dos sujeitos, de produção de cultura e de convívio dos sujeitos, e para além se introduzidos no currículo escolar conceitos de agricultura camponesa, agroecologia, produção diversificada, politização, pode se tornar espaço de resistência, luta e construção do conhecimento científico a serviço dos povos do campo.

### 3 A DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS PARANÁ.

O impacto das políticas de estado mínimo no modelo neoliberal introduzido no Brasil nos anos 90 impactou dentre outras dimensões, no fechamento avassalador de escolas do campo. No município de Nova Laranjeiras no período de 1993 à 2014, 48 escolas foram fechadas (dados: NRE-LS, 2015), sendo que apenas 03 motivos foram apresentados: ou por falta de alunos, ou para regulamentar sua situação, pois as mesmas se encontravam em cessação temporária, ou unicamente para nuclearizá-las, sendo que “Organização da vida Legal” se refere as escolas que já estavam com atividades encerradas a certo tempo, porém sem oficializar o ato; “Baixo número de aluno” se refere a escolas com poucos alunos, porém não a um número específico para ser considerado pouco ou suficiente a quantidade de alunos para manter a escola. E “Nuclearização” refere-se unicamente a fechar algumas escolas para concentrar os alunos em uma única escola mais centrada.

Tabela 3 - Relação de escolas fechadas até 2014

NOME DO COLÉGIO	ANO	RESOLUÇÃO	MOTIVO
HERMINIO DOMINGUES, E.R.M.	1993	4.004/03	NUCLEARIZAÇÃO
BORSARI NETO, E.R.M.	1993	4.004/03	NUCLEARIZAÇÃO
MARIA MONTESSORI, E.R.M.	1995	3.393/03	NUCLEARIZAÇÃO
JOSÉ DANBROSKI, E.R.M.	1995	3.392/03	NUCLEARIZAÇÃO
JOÃO BRAGA DE CRISTO, E.R.M.	1995	3.433/03	ORG. DA VIDA LEGAL
RIO BANANAS, E.R.M.	1995	4.004/03	NUCLEARIZAÇÃO
JOSÉ ALVARES MACIEL, E.R.M.	1995	720/04	ORG. DA VIDA LEGAL
AVELINO MARIANO, E.R.M.	1996	3.432/03	ORG. DA VIDA LEGAL
PEDRO RIBEIRO BATISTA, E.R.M.	1996	1.406/04	ORG. DA VIDA LEGAL
PADRE GIULIANO SINCINI, E.R.M.	1996	1.407/04	ORG. DA VIDA LEGAL
JOSÉ DE ALENCAR, E.R.M.	1997	3.473/03	NUCLEARIZAÇÃO
SILVIO CALDAS, E.R.M.	1997	3.474/03	NUCLEARIZAÇÃO

TEREZA CRISTINA, E.R.M.	1997	3.475/03	NUCLEARIZAÇÃO
N. SENHORA DE LOURDES, E.R.M.	1997	3.476/03	NUCLEARIZAÇÃO
MANOEL LEITE GALVÃO, E.R.M.	1997	3.479/03	NUCLEARIZAÇÃO
SINCINATO ROSEIRA, E.R.M.	1997	3.803/03	NUCLEARIZAÇÃO
EUCLIDES DA CUNHA, E.R.M.	1997	4.004/03	NUCLEARIZAÇÃO
ROSELI SALETE NUNES SILVA, E.R.M.	1998	3.943/98	NUCLEARIZAÇÃO
FREDERICO J. VALCARENGHI, E.R.M.	1998	3.943/98	NUCLEARIZAÇÃO
ROSELI SALETE NUNES SILVA, E.R.M.	1998	3943/98	NUCLEARIZAÇÃO
COSTA E SILVA, E.R.M.	1998	3.877/98	NUCLEARIZAÇÃO
CASTRO ALVES, E.R.M.	1998	3.877/98	NUCLEARIZAÇÃO
EUZÉBIO DE MORAES, E.R.M.	1998	3.875/98	NUCLEARIZAÇÃO
DOMINGOS DA SILVA LIMA, E.R.M.	1998	3.875/98	NUCLEARIZAÇÃO
PRUDENTE DE MORAES, E.R.M.	1998	3.874/98	NUCLEARIZAÇÃO
MARQUES DE TAMANDARÉ, E.R.M.	1998	3.874/98	NUCLEARIZAÇÃO
FRANCISCO ALVEZ, E.R.M.	1998	3.845/98	NUCLEARIZAÇÃO
DIOGO CAMARGO, E.R.M.	1998	3.845/98	NUCLEARIZAÇÃO
SÃO VALENTIN, E.R.M.	1998	3.837/98	NUCLEARIZAÇÃO
LUIZ CARLOS FERREIRA, E.R.M.	1998	3.758/98	NUCLEARIZAÇÃO
ALEXANDRE DE GUSMÃO, E.R.M.	1998	3.758/98	NUCLEARIZAÇÃO
ERCOLINO BOSI, E.R.M.	2001	3.436/03	NUCLEARIZAÇÃO
ARTIDOR DA ROSA, E.R.M.	2001	3.478/03	BAIXO Nº DE ALUNOS
IRINEU E. DE SOUZA, E.R.M.	2001	3.803/03	NUCLEARIZAÇÃO
JOSÉ VIEIRA, E.R.M.	2001	3.803/03	NUCLEARIZAÇÃO
JOÃO CHUSCIAK, E.R.M.	2002	28.835/02	BAIXO Nº DE ALUNOS
MARCOS FREIRE, E.R.M.	2002	28.835/02	BAIXO Nº DE ALUNOS
JOAQUIM J. DA S. XAVIER E.R.M - EF	2002	28.835/02	BAIXO Nº DE ALUNOS
JACOB BIAZIN, E.R.M – EF	2002	28.835/02	BAIXO Nº DE ALUNOS
ALBERTO DE ARCANJO NETO E.R.M - EF	2002	28.835/02	BAIXO Nº DE ALUNOS
VALDOMIRA G. DO AMARAL, E.R.M - EF	2003	1.378/03	NUCLEARIZAÇÃO

VITOR M. DE LIMA E.R.M – EF	2003	2.275/03	NUCLEARIZAÇÃO
LIRIO SCHUCK, E.R.M.	2003	2.281/03	NUCLEARIZAÇÃO
JOÃO DE PAULA, E.R.M – EF	2005	1.656/05	BAIXO N° DE ALUNOS
TOBIAS B. DE MENEZES, E.R.M -E F	2007	144/11	NUCLEARIZAÇÃO
NAPOLIÃO MOREIRA, E.R.M - EF	2007	145/11	NUCLEARIZAÇÃO
ANTONIO R. DE MATTOS, E.R.M - EF	2009	2.151/11	NUCLEARIZAÇÃO
TANCREDO DE A. NEVES, E.R.M - EF	2014	4378/14	BAIXO N° DE ALUNOS

Fonte: Paraná, 2015

Nota: Organizado pela autora.

O surpreendente foi o poder executivo municipal representado pela Secretaria Municipal de Educação conseguiu colocar no imaginário popular que o fechamento de escolas era uma questão necessária para a melhoria da qualidade educacional. Nem um pedido de cessação das escolas foi questionado pela comunidade local, sendo aceitos em primeira instância de forma passiva.

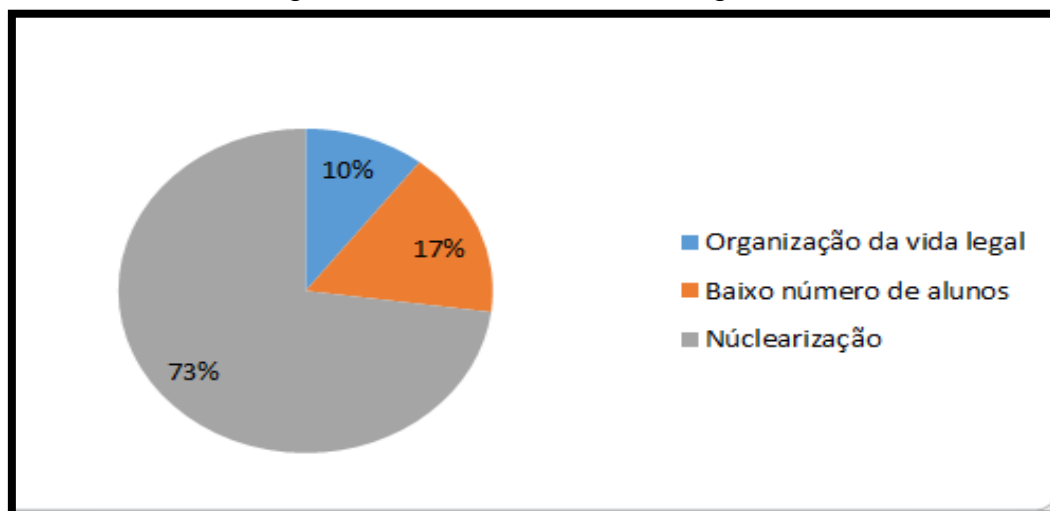
Em entrevista com uma funcionária do Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul, a mesma relatou que ao chegar para vistoriar o pedido de cessação<sup>8</sup> da escola Rural Municipal Tancredo de Almeida Neves, última cessada no município pela resolução 4378/14, constatou que as atividades escolares já haviam sido encerradas a algum tempo e que o espaço estava sendo usado apenas por um clube de mães, ou seja, práticas como essas exemplificam ainda mais o descomprometimento com os sujeitos e com a própria legislação, que exige autorização para o encerramento das atividades, e justificam parcialmente alguns casos em que a escola foi fechada sem questionamento ou justificativas minimamente plausíveis.

. Ao analisar os dados relacionados, a nuclearização é responsável por 73% dos motivos pelo fechamento das escolas.

---

<sup>8</sup> Cessação: Interrupção; ação cessar, de interromper, de fazer parar. Neste caso: Encerrar as atividades escolar.

Gráfico 2 - Porcentagem de Escolas Fechadas Segundo o Motivo

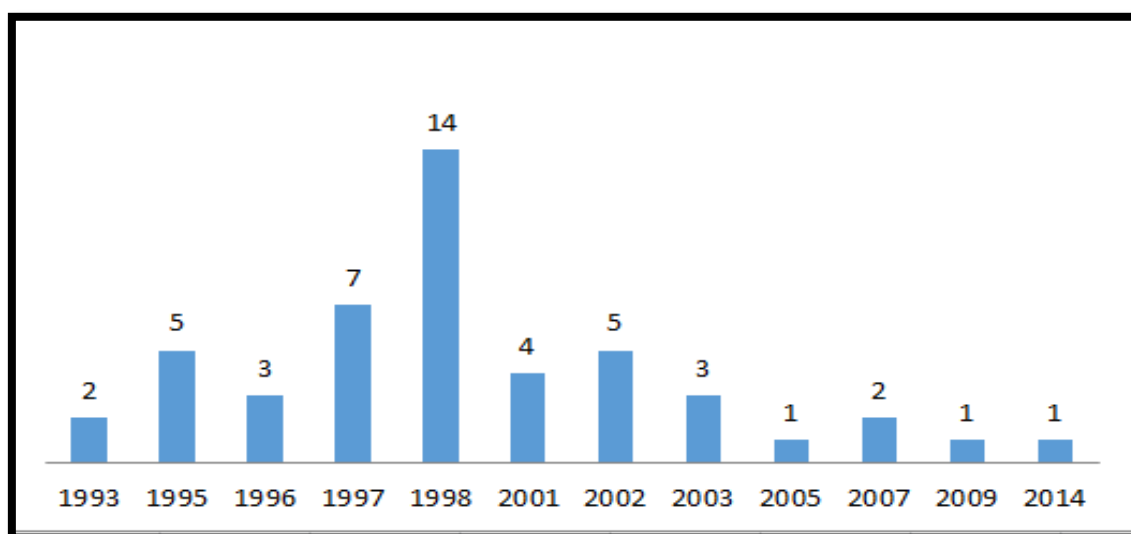


Fonte: Elaborado pela autora

Se realizar um comparativo entre os números de escolas que encerraram suas atividades nas últimas décadas, no período dos decretos que realizaram a cessação das escolas, é possível observar uma incoerência, pois muitas escolas encerraram suas atividades muito antes de possuírem a deliberação para tal ato. Isso demonstra supostamente que os motivos dos fechamentos vão para além da informação do NRE em seus documentos de encerramento das atividades escritas como motivos, de “organização da vida legal”, “baixo número de alunos” e “nucleação para melhorar a qualidade”.

Tal discrepância é possível observar nos gráficos a seguir:

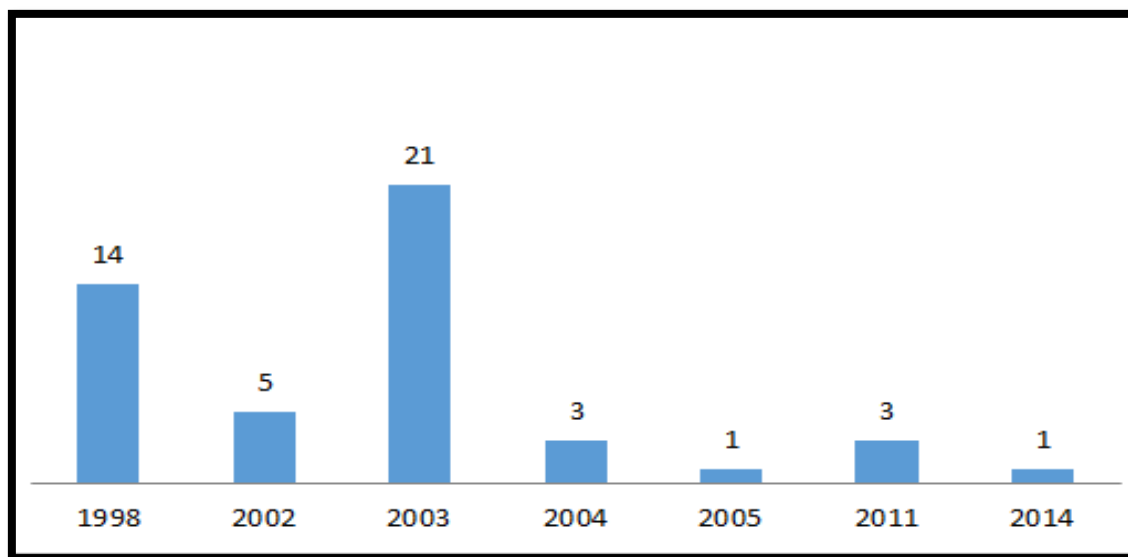
Gráfico 3 - Número de Escolas Fechadas segundo o Ano de Encerramento das Atividades



Fonte: Elaborado pela autora

Essa incoerência pode apresentar elementos de diretividade de políticas educacionais nacionais e ou internacionais, que não previam pequenos agricultores no campo, não previam pequenas escolas no campo, muitos menos infraestrutura das escolas como tecnologias ampliações, e reformas, formação de professores e produção de material didático específico para as escolas do campo permanecerem no campo, com uma pedagogia que articulasse, conhecimento científico e as lutas da comunidade pela defesa da terra, trabalho, produção e poder.

Gráfico 4 - Número de Escolas Fechadas Segundo o Ano a Resolução

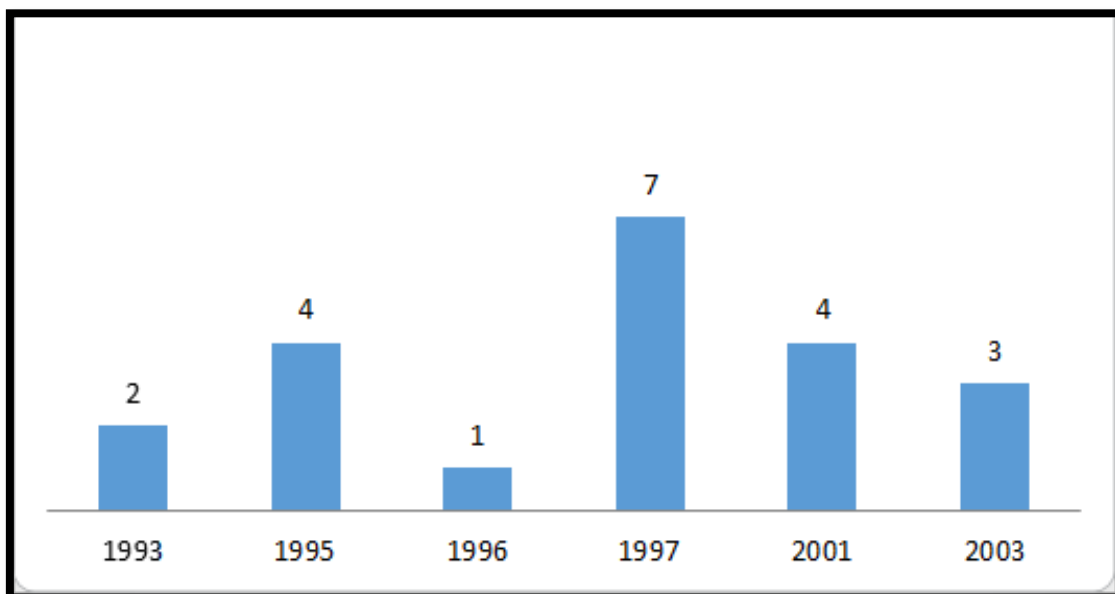


Fonte: Fonte: Elaborado pela autora

Apesar de no ano do decreto haver várias escolas fechadas, observa-se que as atividades foram encerradas em anos diversos, porém foi oficializado via decreto em anos diferentes da data de cessação das atividades.

Para melhor exemplificação tomemos como exemplo os decretos do ano de 2003;

Gráfico 5 - Número de Escolas Fechadas em Cada ano, de Acordo com a Resolução de 2003

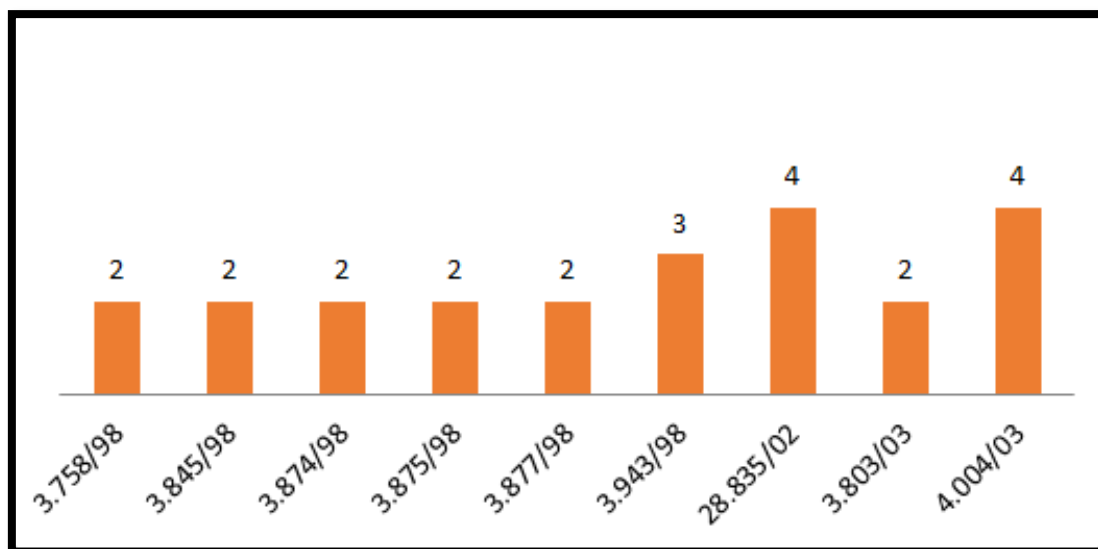


Fonte: Fonte: Elaborado pela autora

Sendo assim observa-se que havia escolas que durante período longo permaneceram sem atividades, como as duas que encerraram suas atividades em 1993 as quais a 10 anos se apresentavam irregular como indica a DELIBERAÇÃO N° 009/96 – “Art.49 Quando a Cessação das Atividades Escolares for temporária, o ato autorizando-a deverá indicar o período de vigência da suspensão das atividades, que não poderá ser superior a dois (2) anos.” (p.16). Pode ser solicitado prorrogação do prazo de vigência da suspensão por mais um único período, ou seja, aumentando o prazo de dois (2) para quatro (4) anos e posteriormente necessário a regularização da situação escolar.

Mais detalhadamente observamos outro fenômeno, outra característica importante. Ainda existem os casos em que mais de uma escola foi cessada com um único decreto.

Gráfico 6 - Escolas Fechadas com a Mesma Resolução



Fonte: Fonte: Elaborado pela autora

O gráfico acima mostra decretos que oficializaram a cessação das atividades de escolas. Sendo que alguns chegam a fechar 4 escolas em uma única resolução.

### 3.1 CONHECENDO O ESPAÇO

Atualmente no município encontra-se 21 escolas entre elas Estaduais e Municipais.

Tabela 4 - Escolas ativas no município/2015

Tipo de escola	Quantidade
Estadual <sup>9</sup>	05
Municipal <sup>10</sup>	09
Indígena	06
Educação especial (APAE)	01

Fonte: NOVA LARANJEIRAS, 2015.

Nota: Organizado pela autora

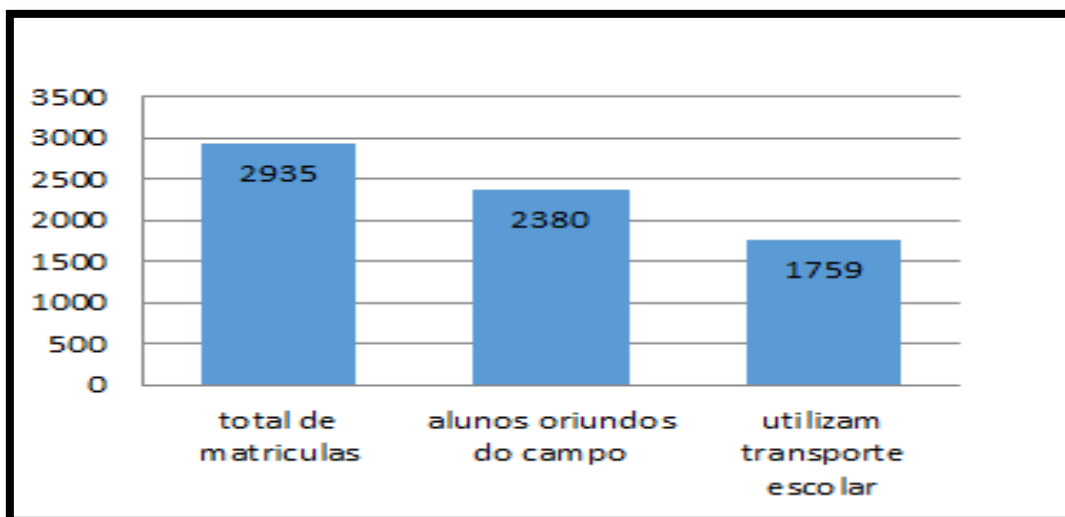
<sup>9</sup> Estadual: Refere-se às modalidades de ensino Fundamental e Médio, de responsabilidade administrativa do Estado.

<sup>10</sup> Municipal: Refere-se às modalidades de ensino Infantil e básico, de responsabilidade administrativa do Município.



Sendo algumas dividem o mesmo espaço físico. Em um total de 2935 matriculas (2015), distribuídas ao longo do município. Como já mencionado a população rural apresenta-se bem maior do que a urbana, o que reflete nos alunos e suas relações.

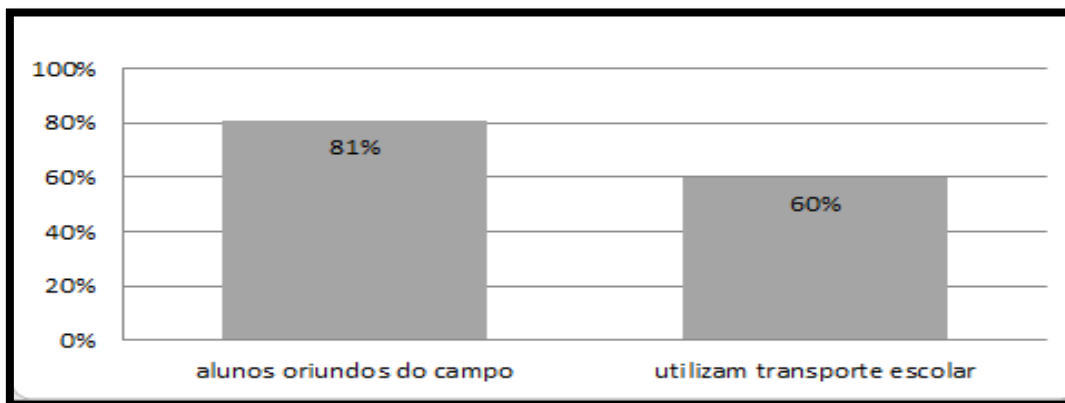
Gráfico 7 - Quantidade de Alunos Oriundos do Campo e que Utilizam Transporte Escolar



Fonte: Elaborado pela autora

Como se trata de um município relativamente grande (em extensão territorial) 1.145,489 Km<sup>2</sup> e com apenas 21 escolas é de fácil percepção que a locomoção é grande. Relato dos entrevistados, mostram que há casos em que alguns educandos percorrem distancias de até 40Km, podendo passar mais de 2 horas dentro do transporte escolar.

Gráfico 8 – De 2935 alunos, porcentagem de Alunos Oriundos do Campo e a porcentagem dos que Utilizam Transporte Escolar



Fonte: Elaborado pela autora

Os números de educandos que utilizam transporte escolar só não é maior devido ao grande número de escolas indígenas, as quais se localizam na própria comunidade, não sendo necessário transporte para esses alunos.

### 3.2 ESTADO, GOVERNO E A LUTA PELA ESCOLA DO CAMPO NO CAMPO

Em 1998, foram necessárias 07 Resoluções para encerrar as atividades de 14 escolas. Coincidentemente o Brasil vivia nesse período a reforma neoliberal do estado. Como mostra de forma sintética, Dourado (2002). Isso supõe uma articulação entre o que ocorre a nível local, estadual e nacional.

Bresser Pereira (1998, p. 33) advoga mudanças nas formas de organização e gestão do Estado por meio de uma administração pública gerencial que balize como setores do Estado moderno “o núcleo estratégico, as atividades exclusivas, os serviços não-exclusivos e a produção de bens e serviços para o mercado”. A saúde, a educação, a cultura e a pesquisa científica compõem, nesse projeto, o setor de serviços não-exclusivos, os quais o “Estado provê, mas que, como não envolvem o exercício do poder extroverso do Estado, podem ser também oferecidos pelo setor privado e pelo setor público não estatal (‘não-governamental’)”. Tal lógica implica alterações substantivas no campo educacional no que se refere à organização jurídica das instituições educativas, ao possibilitar, entre outros aspectos, novos processos de regulação e gestão e formatos de privatização na arena educacional (DOURADO, p. 236, 2002)

A tese da reforma do estado, do uso racional do recurso público de estado mínimo e de privatização, pode contrapor a vivência dos sujeitos do campo, sua cultura, suas utopias as mudanças nas práticas escolares na perspectiva de uma possível emancipação ao não considerar essas especificidades e colocar em prática um projeto nacional único pensado em uma lógica capitalista.

Uma das contribuições das práticas e reflexões da Educação do Campo para pensar a transformação da escola, talvez a mais significativa, relaciona-se a rediscussão de suas finalidades educativas, desencadeada pelo reconhecimento da especificidade dos sujeitos concretos e que estas práticas se destinam (educar o “menino camponês”) e a identificação de suas necessidades formais” (CALDART, 2011, p.156)

Especificidades essas que podem não ser reconhecidas, e que podem se perder no processo de nuclearização, uma vez que evidentemente essa ação não é pensada para o sujeito, nem pelo sujeito.

A Resolução CNE/CEB, de 03 de abril de 2002, do Conselho Nacional de educação, determina que,

Art. 6º "O Poder Público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos Estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio e à Educação Profissional de Nível Técnico." (PARANÁ, 2002, p.1)

Mesmo tendo entrado em vigor em 2002, os dados apontam que nos ano seguinte a pratica de fechamentos das escolas no município continuaram a ocorrer, e conseqüentemente, foram introduzidos no cotidiano dos educandos horas de transporte escolar, cansaço e estresse. Além da falta de autonomia e garantia da educação escolar no lugar onde vivem, o que esta comprometido também é a qualidade no ensino, uma vez que o educando já chega cansado ao ambiente escolar.

A compreensão dos impactos da territorialização do transporte escolar, como uma estratégia de viabilização do acesso ao processo de escolarização, não pode ser feita dissociada das políticas públicas educacionais de caráter pedagógico, principalmente para compreender o contexto em que as territorialidades dos sujeitos do campo tornam-se invisíveis na escola. ( PARANÁ, 2010, p.8)

A Resolução Nº 2, de 28 de Abril de 2008, que complementa a resolução CNE/CEB 1/2002 de 03 de abril de 2002, regulamenta no seu Art. 3º "A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças" (BRASIL, 2008, p.2).

A Deliberação N.º 004/99 aprovada em 05/03/99 da Câmara de Legislação e Normas, destinada ao Sistema Estadual de Ensino do Estado do Paraná, estabelece normas para criação, dos estabelecimentos de ensino, sendo estas:

Art. 2º - A instituição dos Estabelecimentos de Ensino Fundamental, Médio, e de Educação de Jovens e Adultos faz-se mediante os seguintes e sucessivos atos:

I - ato de criação;

II - ato de autorização para funcionamento;

III - ato de reconhecimento;

IV - ato de renovação de reconhecimento. (BRASIL, 1999, p.1)

E assim é “criada” uma escola, sendo que em cada ato são inúmeras as pessoas envolvidas, como no momento de criação que é realizada a solicitação formal, contendo objetivos e intenções, criação de espaço físico, funcionários, demanda e organização. Em seguida, vem a autorização para funcionamento e posteriormente ocorrerá o reconhecimento, então será verificado como está o funcionamento do local, para só depois a sua renovação e seu efetivo funcionamento. Tudo deve estar legalmente funcionando, caso contrário a renovação não será efetuada.

Em contrapartida, para o fechamento da instituição os procedimentos ocorrem de maneira sintética e objetiva,

Art. 43 - A cessação das atividades escolares de estabelecimento de ensino, de qualquer grau ou modalidade, autorizado ou reconhecido, é o ato pelo qual deixa de integrar o Sistema Estadual de Ensino, podendo decorrer de:

I - decisão voluntária da entidade mantenedora, denominando-se, “Cessação Voluntária de Atividades Escolares”;

II - determinação da autoridade competente, mediante ato expreso, denominando-se “Cessação Compulsória de Atividades Escolares.”

Art. 44 - A cessação gradativa ou simultânea das atividades escolares pode ser:

I - temporário;

II - definitivo;

III - parcial;

IV - total.

Parágrafo único – Cabe ao órgão competente da SEED orientar, no que for necessário, os estabelecimentos de ensino no processo de cessação das atividades escolares.” (BRASIL, 1999 p.14).

As áreas rurais e as escolas do campo são as mais afetadas com o fechamento das escolas, caso este de Nova Laranjeiras, já que todas as escolas fechadas tratavam-se de escolas rurais.

Porém o que é uma escola do campo e o que é uma escola urbana? Sendo que estas são distinguidas apenas pela sua localização geográfica, sem um mínimo de critérios necessários, uma vez que urbano e rural confundem-se.

A Educação do Campo e os Movimentos Sociais, são os principais afetados pelo fechamento das escolas, não restando outra alternativa aos educandos a não ser se direcionarem às escolas urbanas ou em centros e distritos, expropriando o direito de ser educado onde vive e obrigando a estar, efetivamente, mais dentro de um ônibus do que em sala de aula.

O Art. 1º da Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, determina que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar,

na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Ou seja, a educação não é definida pelo espaço físico, assim como o ambiente escolar não deve ser desqualificado. Com isto, o conhecido e velho ditado de que o rural é sinônimo de atrasado e o urbano de avanço, cai por terra, uma vez que o ato de aprender não é definido pelo espaço geográfico ou está intrinsecamente relacionado aos muros da escola e sim por suas interações e entendimentos de quando onde e como o conhecimento científico se fará presente efetivamente presente em sua vida.

Neste caso não faria diferença o educando estudar no ambiente rural ou urbano, desde que as interações e os processos até a escola e dentro dela não os prejudiquem.

Segundo o parecer CEE/CEB N.º 1011/10 aprovado em 06/10/10 da Câmara de Educação Básica,

O Estado do Paraná, de forma geral, seguiu a lógica do processo de municipalização que se espalhou pelos governos em todo o Brasil, assim, sendo um dos pioneiros no Brasil a optar pela nucleação das escolas, investindo muito nessa estratégia nos anos de 1990, principalmente pós-1994. (PARANÁ, 2010, p.6).

Obviamente essa prática se estendeu, sem levar em considerações as reais necessidades dos sujeitos que a frequentam.

No entanto a nível nacional os movimentos sociais populares do campo organizados pela articulação nacional por uma educação do campo, em 2012 transformado em Fórum Nacional da Educação do Campo ( FONEC), bem como as articulação estaduais de Educação do campo mantiveram se unidas e na luta por políticas públicas de educação do campo. Culminando em 2014 com a lei que cria um grau maior de dificuldades para o fechamento de escolas do campo.

LEI No - 12.960, DE 27 DE MARÇO DE 2014 Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º O art. 28 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:  
"Art. 28

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade

escolar." (NR) Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 27 de março de 2014; 193º da Independência e 126º da República (BRASIL, 2014).

A lei conquistada na luta pelo movimento nacional de educação do campo exige do órgão normativo a manifestação sobre o fechamento da referida escola. Somente após a comunidade ser ouvida, o sistema de ensino deverá se manifestar pelo conselho normativo do estado ou município. No caso de Nova Laranjeiras e a maioria dos municípios do Paraná que não instituíram sistema municipal de educação estão sob a jurisdição e normas do Conselho estadual de Educação, portando somente um parecer do conselho estadual de educação pode após a consulta a comunidade dizer se realmente a escola não tem condições de oferta de ensino.

Isso nos questiona novamente para tentar entender como as escolas foram fechadas durante todo esse período sem consultar a comunidade, sem tornar público a tomada de decisão, sem ter um documento que respaldasse o fechamento de escola. Quem pode fechar escolas? O poder executivo? Legislativo? Não está havendo uma ingerência do município quando assume para si uma responsabilidade jurídica sendo que o mesmo tem caráter apenas de executar o que foi definido pela comunidade?

Enfim a conquista da lei 12960 contribui para dificultar o fechamento de escolas e avançarmos nos questionamentos de quem e como poderá fechar escolas e se de fato fechar escolas deveria ter apenas uma instigação política sem levantar em conta a vontade da comunidade, a existência de demanda. Para o estado neoliberal existir poucos educandos e educandas pode ser questão do uso indevido de recurso público, porém se pensarmos de forma educativo, da legislação e do direito eles tem direito em estudar na escola próximo de sua residência evitando assim longos deslocamentos para centros urbanos bem como se aventurar em vivenciar uma outra cultura em detrimento de suas raízes, considerando que os conhecimentos modernos induzem as estudantes a entender como moderno, bonito, único o espaço urbano e o campo apenas como espaço de produção de commodities.

Podemos considerar que a aprovação da lei foi em função da pressão exercida pelos movimentos sociais populares do campo e que seu cumprimento

depende da pressão permanente considerando que os governos representam interesses de grupos dentro do Estado municipal, estadual e nacional.

#### **4 RESULTADOS**

A Desterritorialização das escolas do campo no município de Nova Laranjeiras ocorreram em função da não existência de um movimento por uma Educação de Campo por políticas públicas para o campo, não ocorreram ações dos MSPC, que pautassem a permanência das escolas do campo e a Educação do Campo. Essa desterritorialização ocorre em função do desconhecimento das políticas educacionais de educação do campo por parte dos poderes executivos, da vontade política intencional do fechamento de escolas, da falta de compreensão e ignorância política, pela permanente condição de abandono da estrutura das escolas, pela negação da formação continuada, currículo, pela falta de um plano municipal de educação construído pela comunidade com orçamento para manter e ampliar as políticas educacionais do campo. O transporte escolar foi colocado no lugar das escolas do campo onerando os municípios em seus orçamentos e isso não é colocada para a população que em seu imaginário acaba entendendo que essa é a única saída e não reflete sobre a questão de que talvez o orçamento investido no transporte escolar daria para contratar professores, construir escolas no campo, equipá-las com tecnologias educacionais e realização formação continuada.

Não se considera desgaste sofrido pelos educandos e educandas ficar horas e horas dentro de um ônibus e boa parte ônibus velhos que não dão condições adequadas de uso, não se consolidou uma política de atendimento educacional psicopedagógico de um educador dentro do ônibus para acompanhar os educandos e educandas durante o transporte.

A territorialização de escolas do campo, supostamente poderia ter ocorrido caso houvesse mais assentamentos de sem terra, reassentamentos, indução de políticas públicas de geração de renda no campo, valorização e estímulo ao sujeito do campo dentre outras questões que fortalecessem o elo entre o desejo de permanecer no campo e a possibilidade de permanecer com qualidade de vida. Essa desvalorização do sujeito e de tudo que visa à

permanência do camponês e a valorização do território, assim como o acesso a educação, é muito explícita na fala de uma das professoras entrevistadas: “O problema é que eles preferem ir pra Nova Laranjeiras por ser na cede do município<sup>11</sup> que vai aprender mais, professor melhor. Até um dia que [...] foi atrás pra vê se conseguia trazer esses alunos, teve uma mãe falou assim: que ela não ia mudar os alunos de Nova pra cá por que os professor aqui do Guaraí <sup>12</sup> são muito fraco. Só que os que dão aula lá na cede dão aula aqui né então, só que lá eles são bom e aqui eles não prestam?”<sup>13</sup>

A nível nacional o Movimento por uma Educação do Campo avançou com políticas públicas para o campo, que derivam de um processo de luta pelos MSPC, assumindo a Educação do Campo como dimensão necessária para contribuir para o desenvolvimento integral do campo, mas em determinados momentos nota-se que ainda não é suficiente, que é necessário união das comunidades na busca pelo ideal.

Da mesma maneira que foi detectado por Buco 2008, no município de Candoí, e por Farias 2014, na região sudoeste do Paraná, são notórios os danos causados por esse processo aonde quer que ele aconteça, em Nova Laranjeiras, trata-se da desvinculação dos sujeitos ao que é próprio deles e garantido na constituição, que é a cultura e o território.

Cabe a Educação do Campo, estar permanentemente nessa luta. Realizar esse trabalho, exigir melhor compreensão de política pública na busca de melhor formação pedagógica, contribuindo para formação do educador na perspectiva que comumente chamamos de conhecer a realidade do educando. E nesse caso não só do educando, mas a realidade que o educador irá enfrentar cotidianamente, na construção do modelo de Educação e de Campo que queremos.

---

<sup>11</sup> Se referindo a maior escola do município, que se localiza no perímetro urbano.

<sup>12</sup> Comunidade do município de Nova Laranjeiras onde os alunos residem e a escola esta localizada.

<sup>13</sup> Depoimento/ entrevistas.



## REFERENCIAS

BRAGA, Rhalf Magalhães. **Território, rede e multiterritorialidade**: Uma abordagem conceitual a partir das corporações. Artigos científicos. **Geografias**, Belo Horizonte, p.26 a 36 jun. 2010

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília. 1996

BRASIL. LEI No - 12.960, de 27 de março de 2014. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. Brasília. 2014

BUCO, Sergio Roberto de Souza. **O processo de Nuclearização em Candió** – Sua relação com os contextos comunitários e a Educação do Campo. Monografia de Especialização em Educação do Campo, UFPR. Curitiba. 2008

CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. Brasília, DF: Articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002

CALDART, R. Salete. Educação do Campo, Por uma Educação do Campo , Campo: Políticas Públicas: Educação. In: SEMINÁRIO DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA, 3. 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: PRONERA, 2008.

CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). A Educação do Campo e a perspectiva de transformação da forma escolar. In: **Educação do Campo**: reflexões e perspectiva. 2. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2011

Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002.

FARIAS, Maria Isabel de. Os Processos de territorialização e desterritorialização da Educação di Campo no Sudoeste do Paraná. Presidente Prudente.2014

GOUVÊA, Maria Cristina Soares de. A escolarização da criança brasileira no século XIX: apontamentos para uma re-escrita. **Revista Educação em Questão**, n. 14, p. 121-146, 2007.

IBGE. **Paraná: Nova Laranjeiras**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411705&search=parana|nova-laranjeiras> Acesso em: 05 out. 2015

JESSOP, Bob, O Estado, O poder, O socialismo de Poulantzas como um Clássico Moderno. Revista Sociológica Política, Curitiba. v.17 nº33, p 131 a 144. jun 2009

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORAES, Vitor de. **Gestão da Educação do Campo: Para qual campo, para qual Educação do Campo?**. UNESP. SP 2012

NERY, Irmão Israel José. In: **Educação do Campo**. Coleção Por uma Educação Básica do Campo. Apresentação. v.3. Brasília, DF, 2001

PEIXER, Zilma Isabel et al (Orgs.) O Entrelaçar dos Conceitos de campo e cidade na constituição de territorialidades educacionais. In: **Educação do Campo: Políticas Públicas, territorialidades e práticas pedagógicas**. Florianópolis. Florianópolis. Insular, 2011.

PARANÁ. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica . Resolução CNE/CEB 1/2002 de 03 de abril de 2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 de abril de 2002. Seção 1, p. 32

PARANÁ, Conselho Estadual de Educação. **Parecer CEE/CEB nº 1011/10, aprovado em 06/10/10**. Consulta sobre as Normas e princípios para a implementação da Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, bem como do processo de definição da identidade das Escolas do Campo. Curitiba, 2010.

PARANÁ. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008**. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Curitiba, 2008.

PARANÁ. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Legislação e Normas. **Deliberação n.º 004/99 aprovada em 05/03/99**. Estabelece normas para criação, autorização para funcionamento, reconhecimento, renovação de reconhecimento, verificação, cessação de atividades escolares de estabelecimentos de ensino fundamental e médio, e experiência pedagógica do Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Curitiba, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, Disponível em: <<http://www.novalaranjeiras.pr.gov.br/?page=cidade> > Acesso em: 05 out. 2015

PARANÁ. Secretaria da Educação. **Consulta Escolas**. Disponível em: < <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas/f/fcls/municipio/visao> > Acesso em: 05 out. 2015

SILVA, Valter Israel da. **Classe Camponesa: modo de ser, de viver e de produzir**. Porto Alegre: Padre Josimo, 2014.

VEIGA , José Eli. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP: Editores Associados, 200

## APÊNDICE 1 - FOTO DE ALGUMAS DAS ESCOLAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO ATUALMENTE

Colégio Estadual do Campo de Rio da Prata –EFM/ Escola Municipal do Campo  
Pedro Viriato Parigot de Souza<sup>14</sup>



Fonte: Elaborado pela autora

Escola Estadual Indígena Nestor da Silva



Fonte: Elaborado pela autora

---

<sup>14</sup> Algumas escolas utilizam da mesma estrutura física para duas instituições.

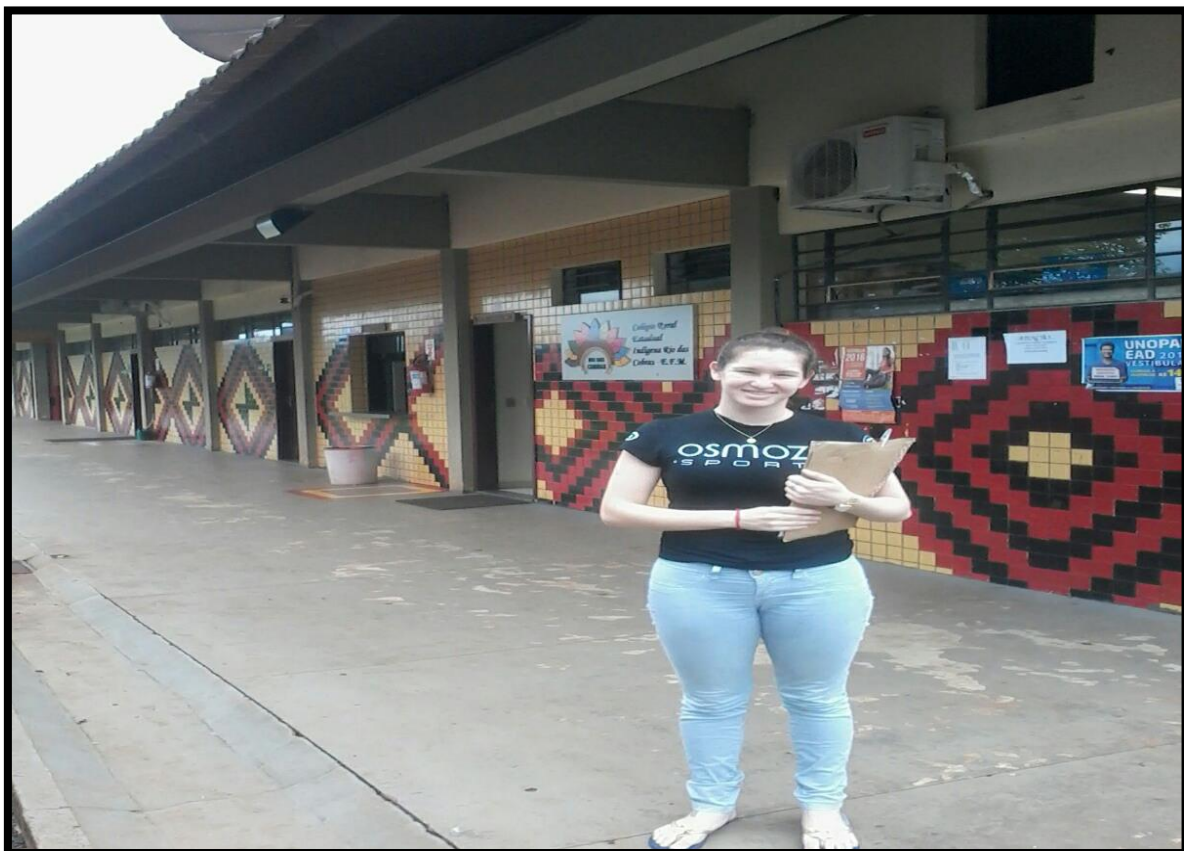


### Escola Municipal do Campo Francisco Manoel da Silva - EF



Fonte: Elaborado pela autora

### Colégio Estadual Indígena Rio das Cobras



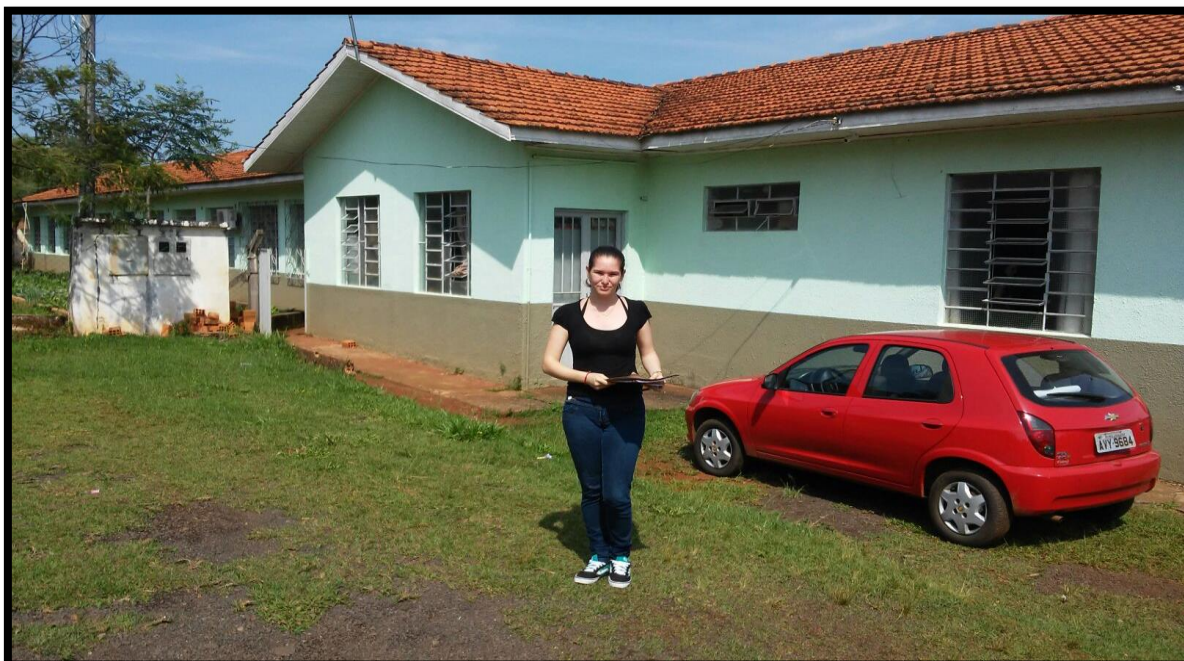
Fonte: Elaborado pela autora

Colégio Estadual do Campo de Guarai/ Escola Municipal do Campo Erico Verissimo - EF



Fonte: Elaborado pela autora

Colégio Estadual Guarani da Estratégica - EFM



Fonte: Elaborado pela autora

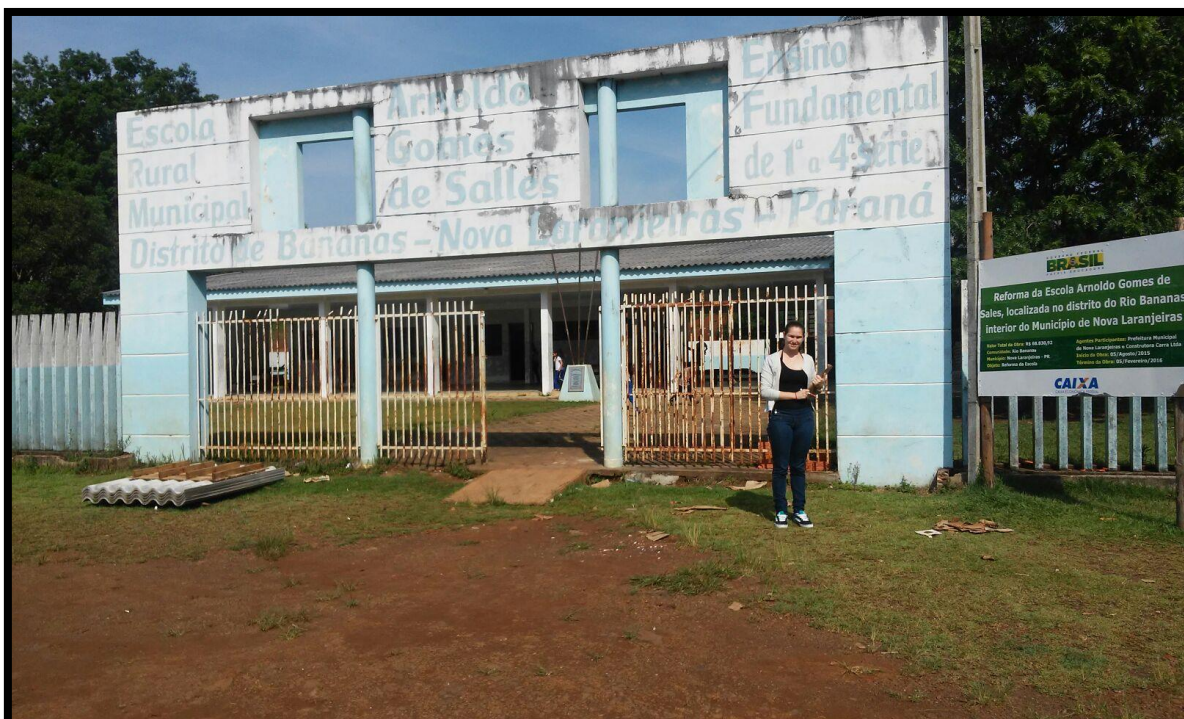


Colégio Estadual do Campo de Buriti - EF/ Escola Rural Municipal José Mauro de Vasconcelos - EF



Fonte: Elaborado pela autora

Escola Municipal do Campo Arnaldo Gomes de Salles – EI EF



Fonte: Elaborado pela autora



### Escola Estadual Indígena Feg Prag Fernandes - EF



Fonte: Elaborado pela autora

### Escola Municipal Osvaldino da Silva – EI EF



Fonte: Elaborado pela autora

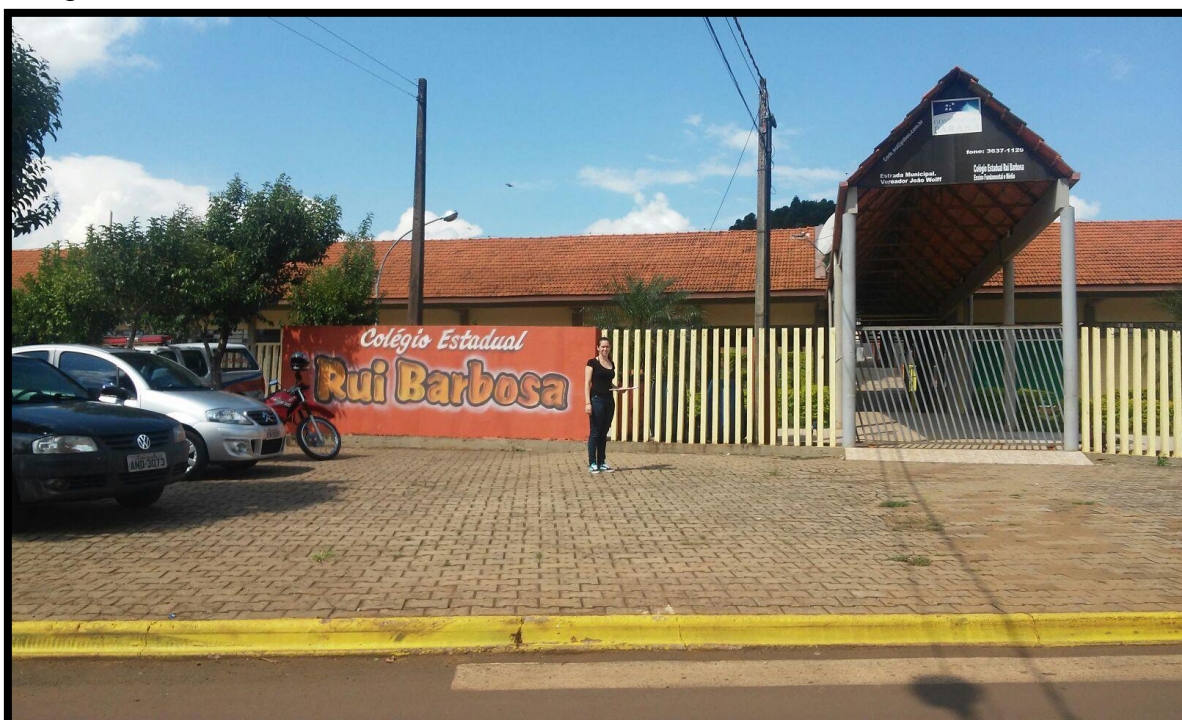


### Escola Municipal do Campo Manoel Koenner - EI EF



Fonte: Elaborado pela autora

### Colégio Estadual Rui Barbosa - EFM



Fonte: Elaborado pela autora



## ANEXOS

### ANEXO 1 - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Este roteiro tem por objetivo elencar problemas encontrados nas escolas, de maneira bem clara e objetiva. Sendo assim foi optado por utilizar-se de questões simples e claras de fácil entendimento referente ao tema.

- 1- **Quais os 5 principais problemas enfrentados na escola?**
- 2- **Em sua opinião quais seriam as cousas desses problemas?**
- 3- **Em sua opinião quais seriam algumas possíveis soluções pra esses problemas?**
- 4- **Quantos educandos estão matriculados na escola?**
- 5- **Quantos são do campo?**
- 6- **Quantos utilizam transporte escolar?**

### ANEXO 2 - LEI QUE DIFICULTA O FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO – LEI 12.960

#### LEI No - 12.960, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º O art. 28 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único: "Art. 28.

.....  
Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar." (NR) Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 27 de março de 2014; 193º da Independência e 126º da República (BRASIL, 2014).

